



REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DO PJERJ

1 / 2011

25/11/2011





DIRETRIZES DA REUNIÃO

A Reunião de Análise da Estratégia (RAE) tem por objetivo a apresentação de informações sobre os pontos críticos da gestão para análise e definição de ações gerenciais de nível institucional e tem caráter essencialmente **DELIBERATIVO** (foco na tomada de decisões).

- ✓ APRESENTAÇÃO DE DADOS E CONCEITOS – SITUAÇÃO ATUAL
- ✓ APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
As propostas apresentadas foram previamente discutidas pelas Diretorias Gerais, a partir da formação de Equipes Multifuncionais para análise dos dados.
- ✓ **DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**



PILARES DA
BOA GESTÃO



PLANEJAMENTO

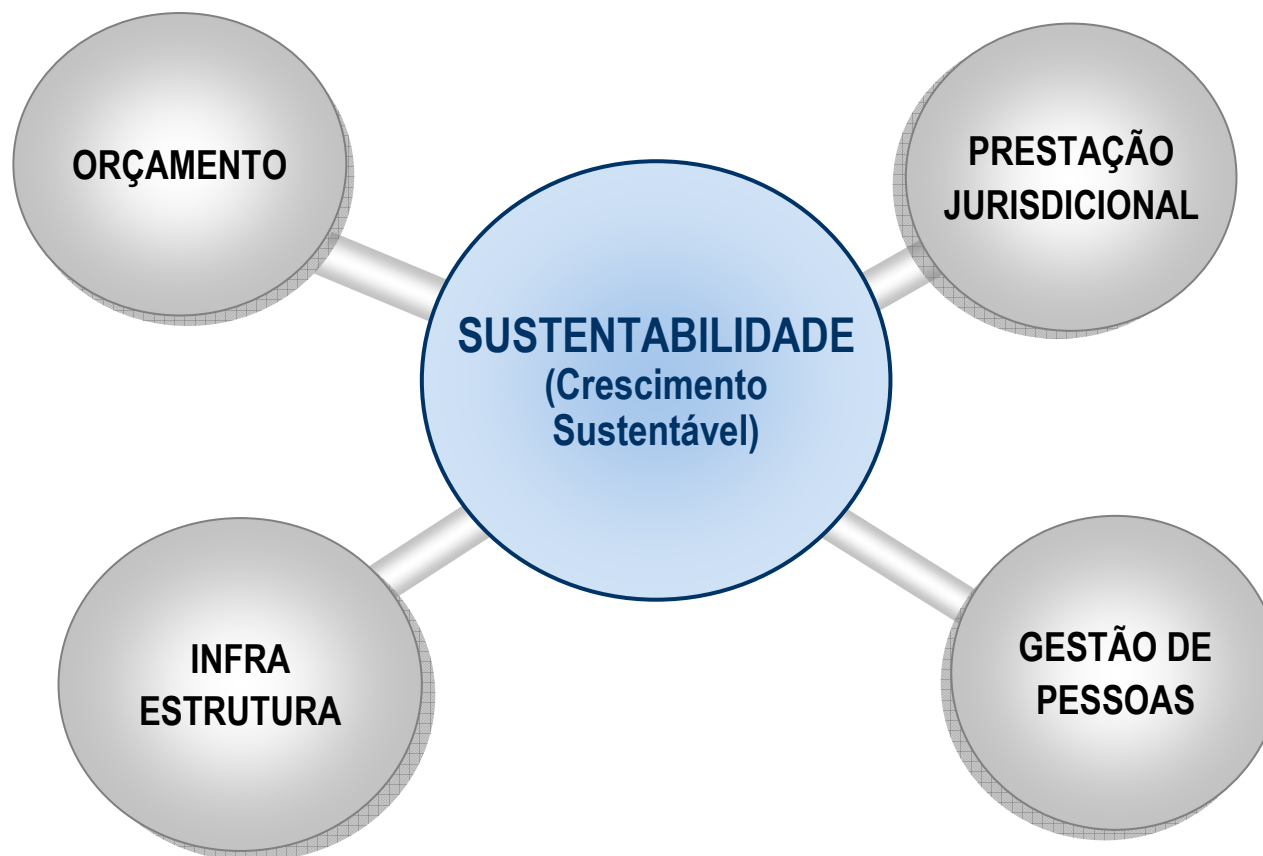
SUSTENTABILIDADE

MOTIVAÇÃO

MERITOCRACIA



TEMAS PARA ANÁLISE





PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

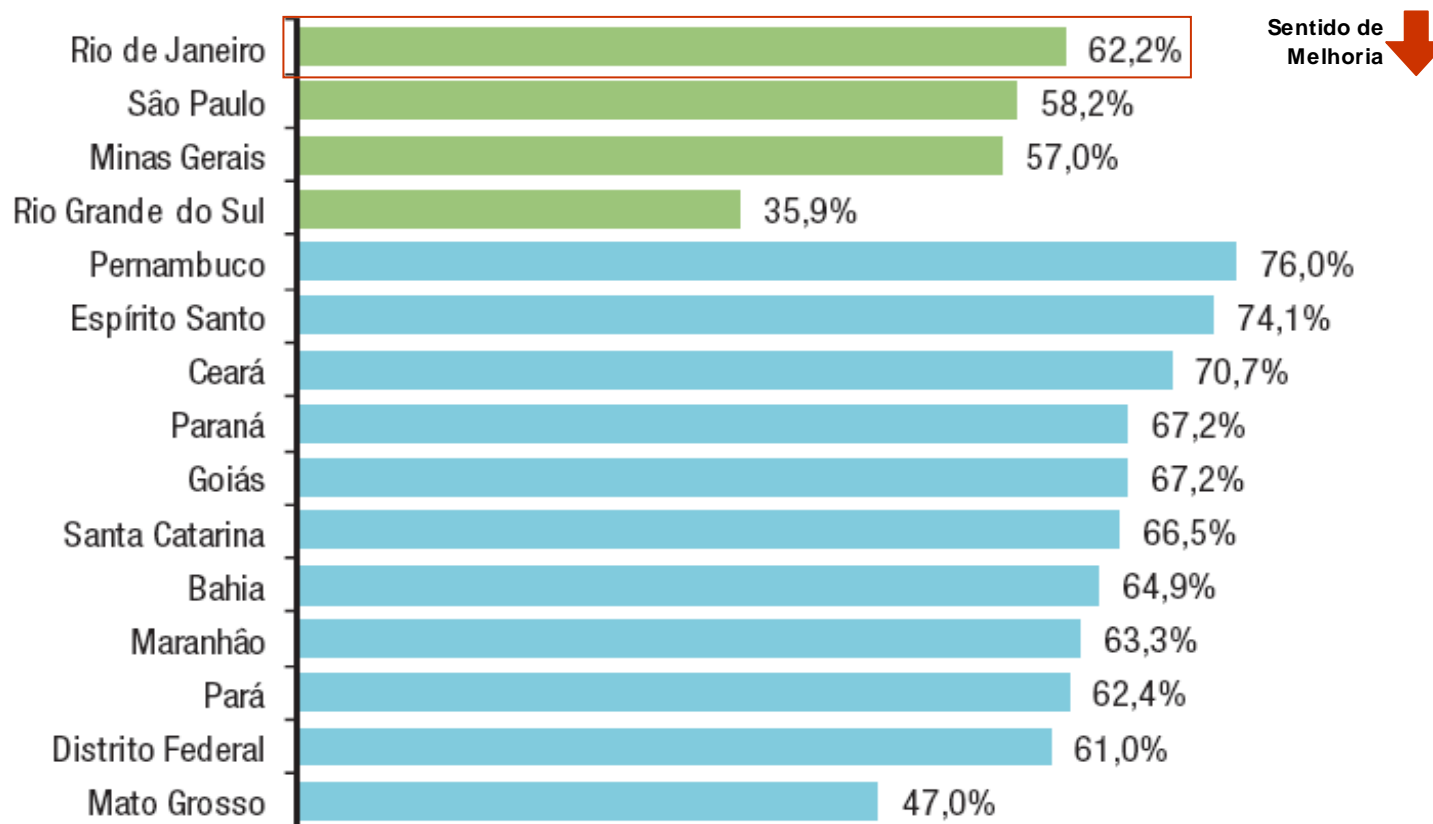


RESULTADOS NACIONAIS - 2010

CELERIDADE

**Congestionamento da Justiça
Fase de Conhecimento**

Gráfico 2.25 – Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º Grau e dos Juizados Especiais

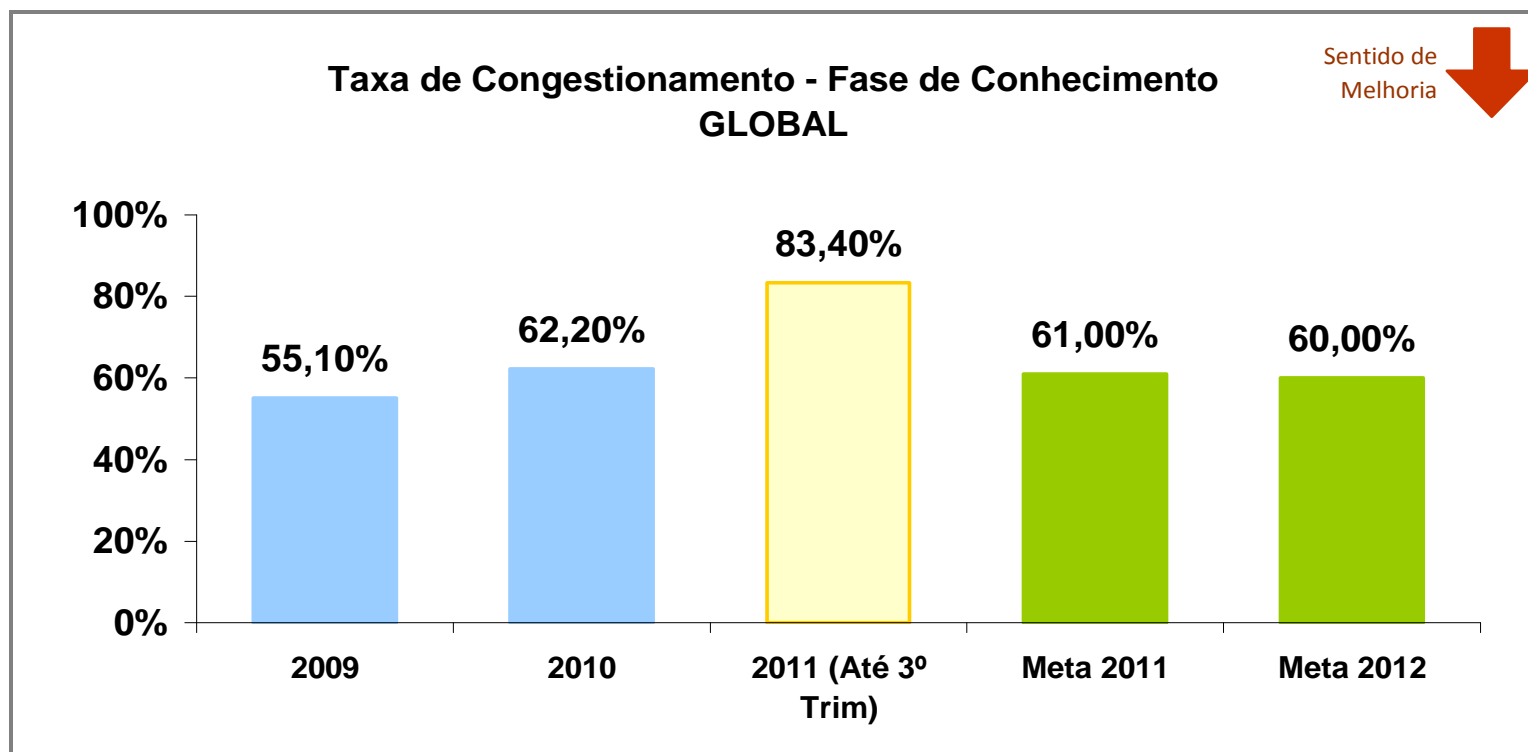




CELERIDADE

Congestionamento da Justiça
Fase de Conhecimento

Resultados PJERJ 2009 ~ 2011



FÓRMULA: $1 - (\text{total de processos judiciais baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$ (Fase de Conhecimento)



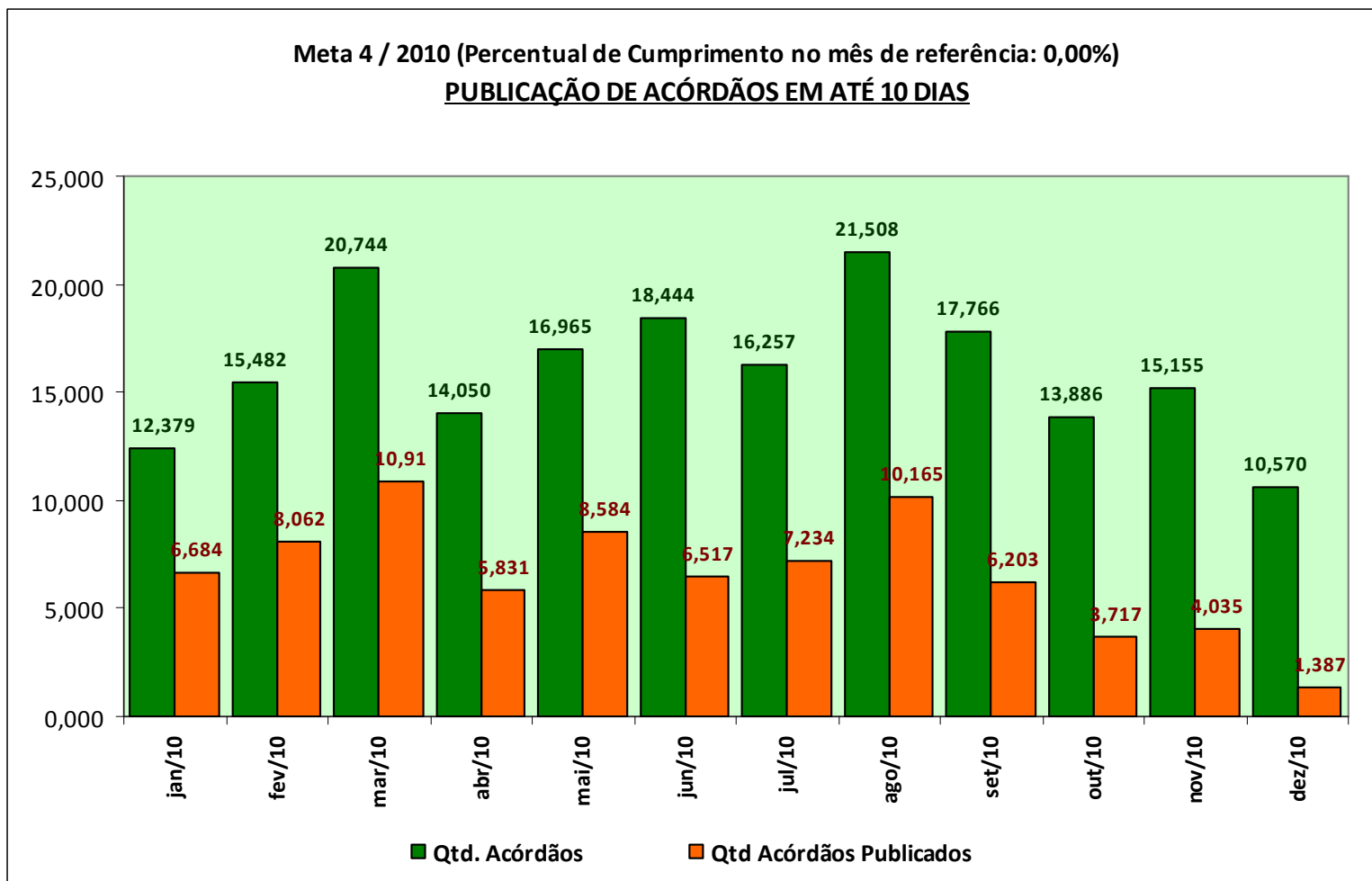
CELERIDADE

Processos Decididos x Casos Novos

PERCENTUAL DE PROCESSOS DECIDIDOS por CASOS NOVOS				
COMPETÊNCIA	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011 até OUTUBRO
Acidentes do Trabalho	72%	553%	132%	121%
Auditoria da Justiça Militar	97%	97%	105%	106%
Cível	62%	138%	90%	90%
Criminal	55%	55%	62%	62%
Criminal - Juri	72%	100%	81%	89%
Dívida Ativa Estadual	90%	49%	40%	67%
Dívida Ativa Federal	41%	100%	1494%	1263%
Dívida Ativa Municipal	16%	15%	128%	79%
Empresarial	80%	140%	115%	132%
Família	68%	144%	73%	73%
Fazenda Pública	79%	70%	63%	108%
Idoso	15%	48%	70%	78%
Inf. e Juventude - Infratores	96%	96%	95%	90%
Infância e Juventude	54%	80%	75%	76%
Juizado Especial Cível	86%	105%	122%	115%
Juizado Especial Criminal	86%	90%	92%	86%
Juizado Fazendário	Não havia	Não havia	Não havia	78%
Órfãos e Sucessões	81%	439%	185%	166%
Registro Civil de Pessoas Naturais	68%	80%	105%	85%
Registro Público	107%	315%	111%	87%
Violência Dom. e Fam. Contra a Mulher	46%	60%	69%	82%
Casos Novos - Todos os processos que foram distribuídos .				
Processos Decididos - Total de sentenças + decisões terminativas proferidas.				



CELERIDADE
Publicação de Acórdãos - 2010





CELERIDADE
Processos no Estoque
Fase de Conhecimento

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Até 21/11/11)
ACERVO TOTAL	5.101.436	5.526.295	5.994.204	7.326.534	7.942.334	8.079.710	8.161.084
TOTAL DE CASOS NOVOS	1.975.249	1.832.827	1.977.496	2.319.294	2.305.434	1.925.439	1.887.169
TOTAL DE SENTENÇAS	1.039.436	1.167.554	1.172.364	1.167.985	1.865.309	1.792.371	1.508.574
PROCESSOS QUE ENTRARAM NO ESTOQUE (PARA O ANO SEGUINTE)	3.675.171	4.015.576	4.448.434	5.191.052	5.544.062	5.479.667	5.593.966
% DE PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO AO ACERVO TOTAL	72%	72,6%	74,2%	70,8%	69,8%	67,8%	68,5%



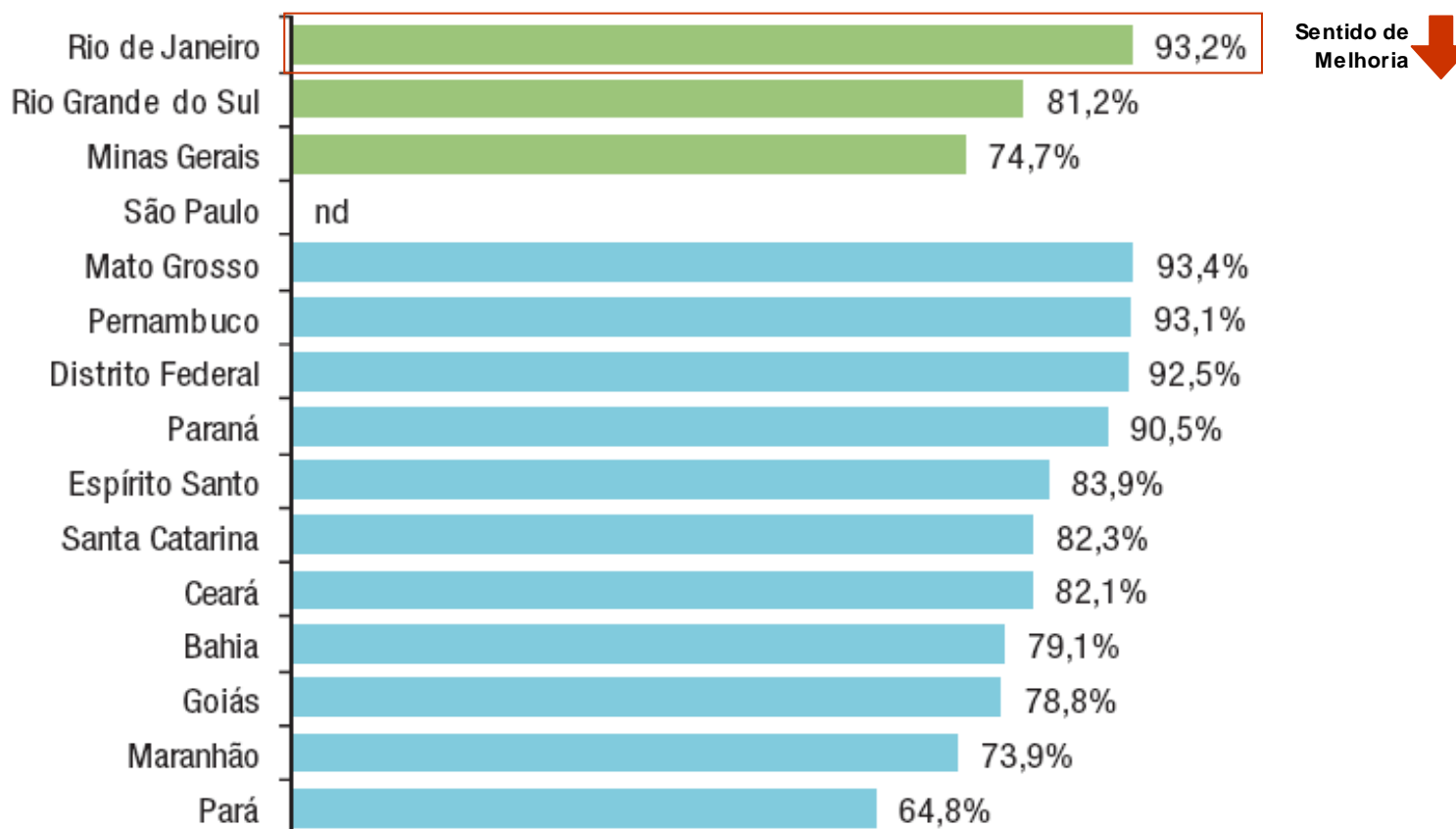
RESULTADOS NACIONAIS - 2010

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Congestionamento da Justiça

Fase de Execução

Gráfico 2.26 – Taxa de congestionamento na fase de execução do 1º Grau e dos Juizados Especiais



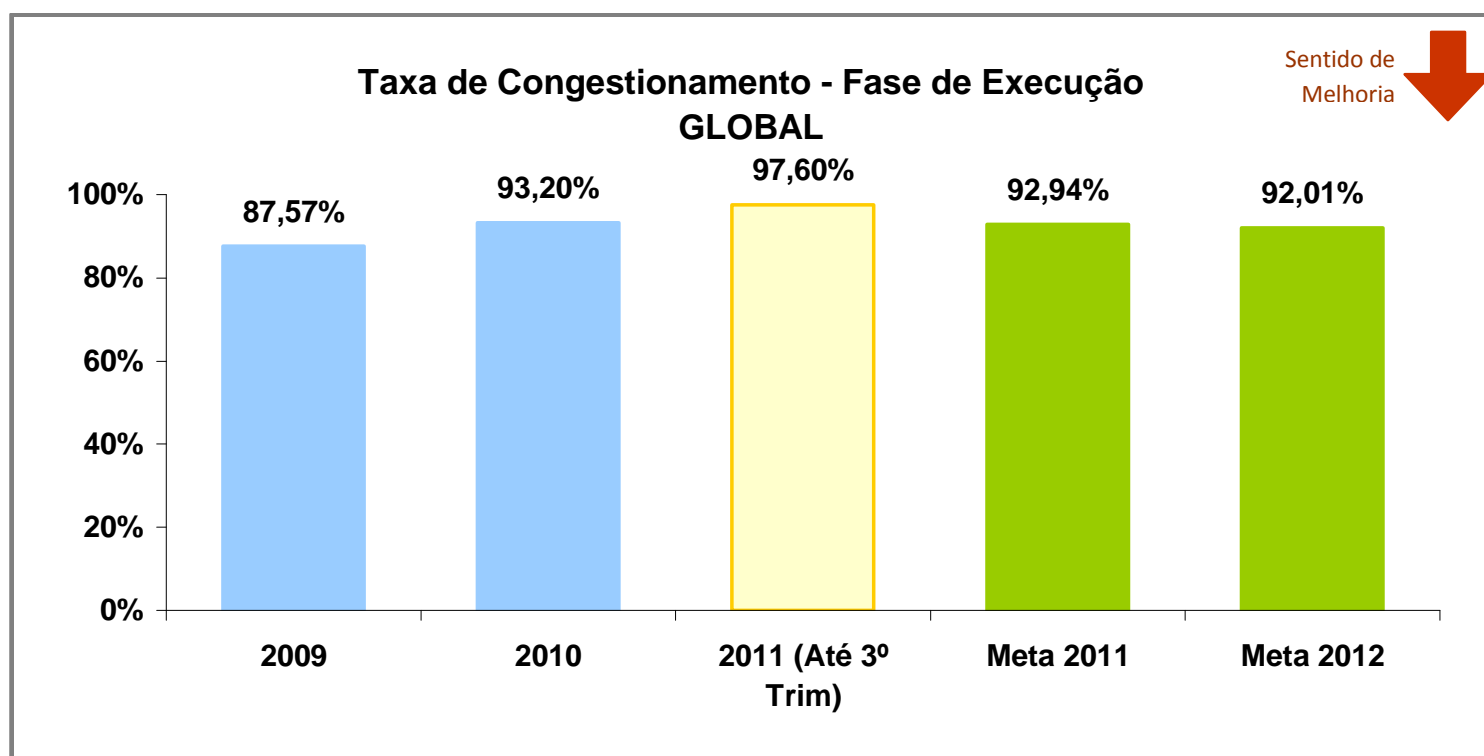


CELERIDADE

Congestionamento da Justiça

Fase de Execução

Resultados PJERJ 2009 ~ 2011



FÓRMULA: $1 - (\text{total de processos judiciais baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$ (Fase de Execução)



CELERIDADE
Estoque de Processos
Executivo Fiscal

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Até 21/11/11)
ACERVO TOTAL	5.101.436	5.526.295	5.994.204	7.326.534	7.942.334	8.079.710	8.161.084
PROCESSOS DO EXECUTIVO FISCAL	2.675.363	3.031.363	3.446.233	4.095.300	4.386.971	4.559.406	4.656.561
% DE PROCESSOS DE EXECUTIVO FISCAL EM RELAÇÃO AO ACERVO TOTAL	52,4%	54,8%	57,4%	55,8%	55,2%	56,4%	57%



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL



▪ **Congestionamento elevado na fase de conhecimento**

▪ **Aumento progressivo do “estoque” de processos**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO



- Controle da produtividade dos Magistrados e das Serventias;
- Fomentar a Baixa dos processos (arquivamento definitivo);
- Publicação mensal da quantidade de processos baixados de cada serventia;
- Criar Central de Monitoramento de Demandas Repetidas;
- Criar coordenação específica por segmento;
- Gratificação por produtividade.

▪ Fomentar o Registro adequado da Fase Processual.
(Modificar o DCP para tornar obrigatório o registro da fase processual (fase 30)).

Provimento dos cargos de Juízes.

*(Atualmente há, pelo menos, **77 serventias vagas**)*



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL

▪ **Processos do Executivo fiscal representam, aproximadamente, 50% do total de processos no PJERJ**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

▪ Consulta ao TCE e Prefeituras para que os processos do executivo fiscal com débitos menores que R\$ 300,00 sejam resolvidos administrativamente.

▪ Guia de pagamento compartilhada.
(O Poder Executivo parcela a dívida em inúmeras vezes; o TJ só parcela em 2 vezes; o devedor quita a dívida com o Executivo, mas o processo judicial continua em aberto, uma vez que as custas pendentes não são pagas)

▪ Melhoria na gestão dos convênios com as Prefeituras. Os Cartórios da Dívida Ativa funcionam com muitos funcionários da Prefeitura, sendo grande parte com baixa escolaridade ou deficiências físicas.



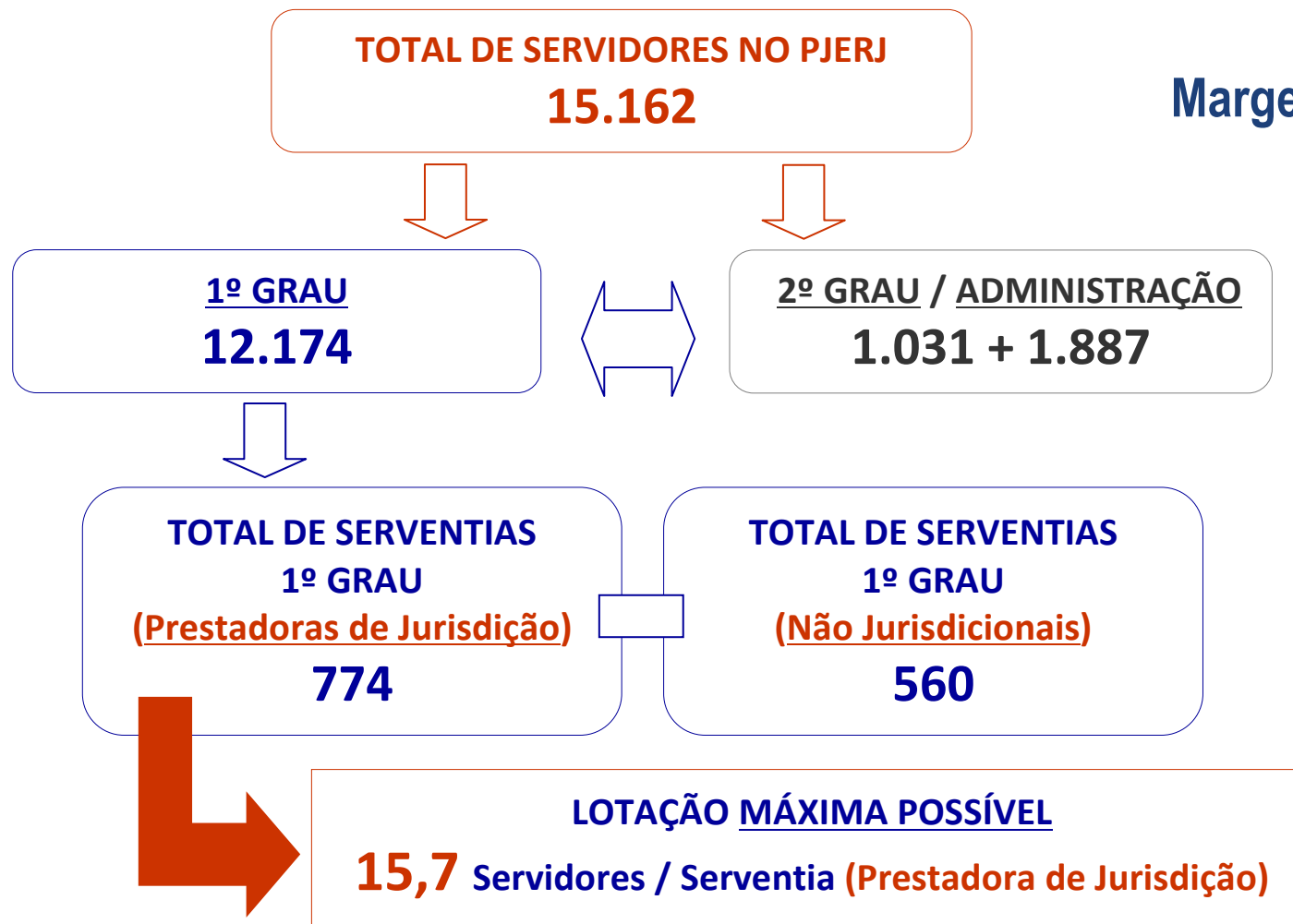
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro



GESTÃO DE PESSOAS



PESSOAL
Margem de Lotação



- O **Ato Normativo TJ 04/2009** instituiu o Gabinete do Juízo, com 1 Secretário, 3 servidores e estagiários.
- A **Portaria TJ nº. 01/2009** estabeleceu a lotação das serventias – varas cíveis: 15 servidores, incluindo o Gabinete do Juízo.



COMPARATIVO NACIONAL RESULTADOS 2010

JUSTIÇA EM NÚMEROS Comparativo de Pessoal

Tabela 2.17 – Número de magistrados e de servidores da área judiciária no 1º Grau e nos Juizados Especiais

Grupo	Tribunal de Justiça	Total de magistrados no 1º Grau e nos Juizados Especiais	Número de servidores lotados na área judiciária do 1º Grau e dos Juizados Especiais
1º Grupo: Grande porte	São Paulo	2.071	40.286
	Rio de Janeiro	623	12.264
	Minas Gerais	943	11.541
	Rio Grande do Sul	630	5.619



MOTIVAÇÃO
Progressão e Promoção

SERVIDORES PROGREDIDOS

2006	2007	Promoção 2008	2009	Promoção 2010	Total de servidores movimentados
-	-	4.789	-	2.746	5.943
-	-	31,4%	-	18,0%	39,0%

Lei 4.620, de 11 de outubro de 2005.

ATENÇÃO!

9.297 servidores (61%) sem movimentação na carreira há, pelo menos, 7 anos.

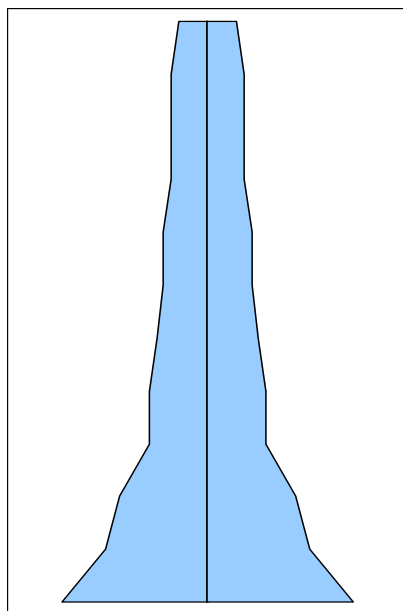


MOTIVAÇÃO

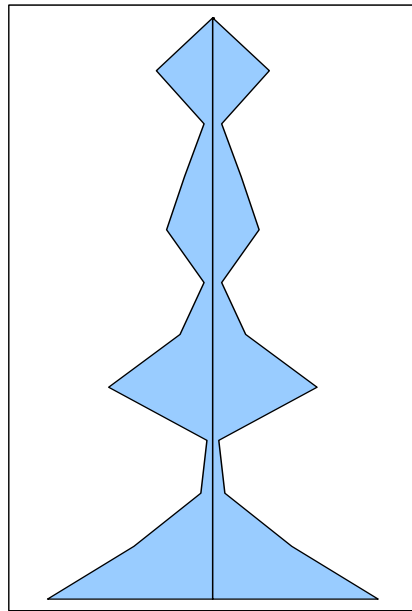
Progressão e Promoção

Analista Judiciário

% ideal

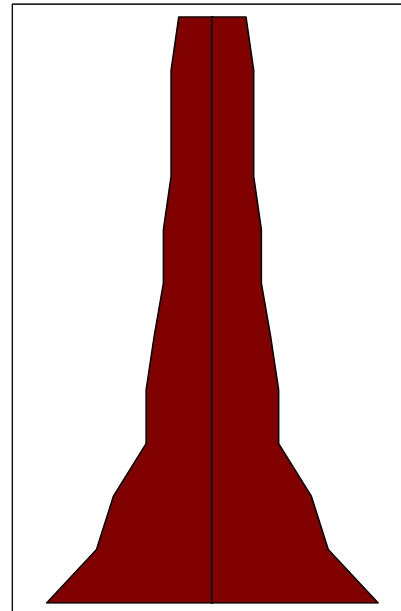


Distrib. atual

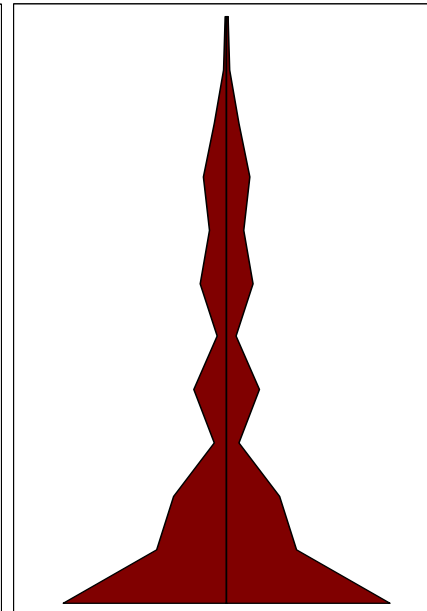


Téc. Ativ. Judiciária

% ideal



Distrib. atual



OBS. 1: A lei 4.620/05 completará 6 anos sem que o % ideal tenha sido atingido.

OBS. 2: Aprox. **75%** dos servidores têm expectativa de ocuparem padrões superiores.

OBS. 3: O impacto na folha seria de, aproximadamente, 3,6% (em Set/11), representando um total de R\$ 4.034.012,26 ao mês / R\$ 52.442.159,38 ao ano.



MOTIVAÇÃO
Progressão e Promoção

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO DOS SERVIDORES

CARGO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Analista	R\$ 3.348,96	R\$ 3.482,91	R\$ 3.657,06	R\$ 3.839,91	R\$ 4.031,91	R\$ 4.403,79
Técnico	R\$ 2.033,37	R\$ 2.114,70	R\$ 2.220,45	R\$ 2.331,48	R\$ 2.448,06	R\$ 2.673,87
% de Reajuste Anual	4,5% maio	4,0% setembro	5,0% setembro	5,0% maio	5,0% maio	5,53% Janeiro
						3,50% maio



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Limites do PJERJ

LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011 <i>(Até Set/11)</i>	2012 <i>ESTIMATIVA</i>
TDP (Para apuração do Limite)	R\$ 1.275.700.642, 47	R\$ 1.318.207.924, 62	R\$ 1.401.053.374, 56	R\$ 1.550.390.522, 81	R\$ 1.704.830.023, 24	R\$ 1.880.910.307, 00	R\$ 2.149.221.139, 15
RCL Anual	R\$ 26.132.743.000, 00	R\$ 26.849.822.000, 00	R\$ 31.830.883.000, 00	R\$ 28.976.687.000, 00	R\$ 34.534.906.323, 00	R\$ 37.107.942.918, 00	R\$ 36.751.560.000, 00
% Exec. RCL Anual	4,88%	4,91%	4,40%	5,35%	4,94%	5,07%	5,848%

O LIMITE DA LRF PARA O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL É DE **6%** DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) DO ESTADO



MOTIVAÇÃO
Progressão e Promoção

	GASTOS COM BENEFÍCIOS					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Até Set/11)
Benefícios	R\$ 2.630.327,27	R\$ 60.751.655,39	R\$ 102.394.117,08	R\$ 144.866.588,69	R\$ 180.288.497,71	R\$ 107.275.026,94
	<i>Visa Vale</i>	<i>Visa Vale Aux. Saúde Mútua</i>	<i>Creche Saúde Visa Vale Mutua</i>	<i>Creche Saúde Visa Vale Mutua Transporte</i>	<i>Creche Saúde Aliment. / Ref. Mutua Transporte</i>	<i>Creche Saúde Aliment. / Ref. Mutua Transporte</i>
Custeio, excluídos os Benefícios (*)	R\$ 71.727.532,50	R\$ 21.307.702,19	R\$ 6.347.615,53	R\$ 10.257.928,07	R\$ 105.994.783,77	R\$ 37.906.568,27
Total	R\$ 74.357.859,77	R\$ 82.059.357,58	R\$ 108.741.732,61	R\$ 155.124.516,76	R\$ 286.283.281,48	R\$ 145.181.595,21
% de evolução do gasto com benefícios (Relação com ano anterior)	-	+ 2.209%	+68,54%	+41,47%	+24,45%	-

(*) Todas as despesas de custeio que NÃO são relacionadas a benefícios, provenientes da fonte 99



COMPARAÇÃO DOS SALÁRIOS
INICIAIS DA JUSTIÇA - RJ

MOTIVAÇÃO
Progressão e Promoção

ANALISTA				
Instituição	MPE	TRF	TRE	TJ
Salário	R\$ 5.143,19	R\$ 7.181,52	R\$ 7.172,80	R\$ 4.403,79
Diferença TJ	+14,37%	+38,67%	+38,60%	

TÉCNICO				
Instituição	MPE	TRF	TRE	TJ
Salário	R\$ 3.157,47	R\$ 4.623,09	R\$ 4.614,37	R\$ 2.673,87
Diferença TJ	+15,31%	+42,16%	+42,05%	

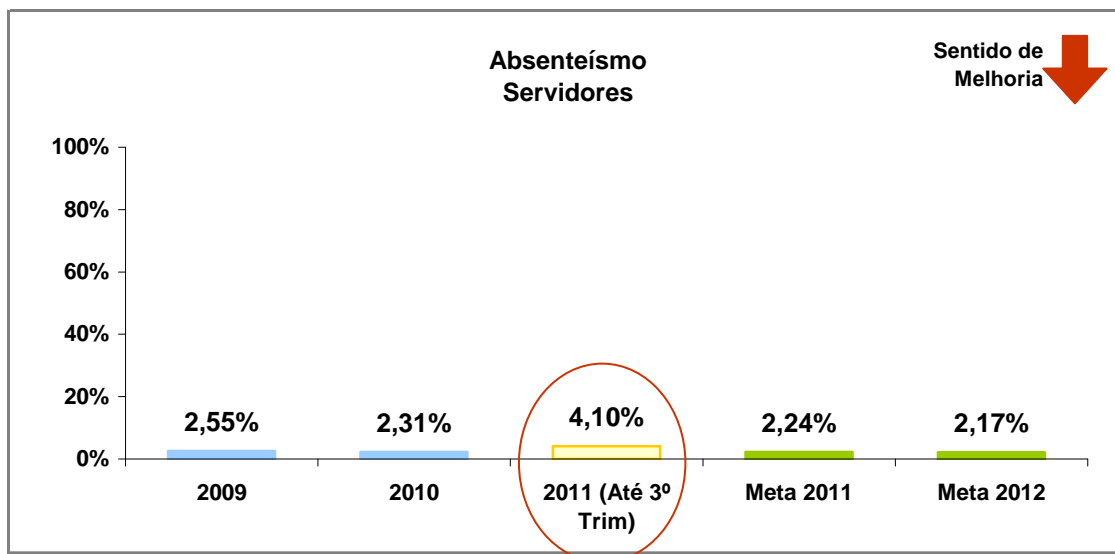
OBS: Os valores acima se referem aos respectivos vencimentos e *não incluem benefícios*



MOTIVAÇÃO **Absenteísmo**

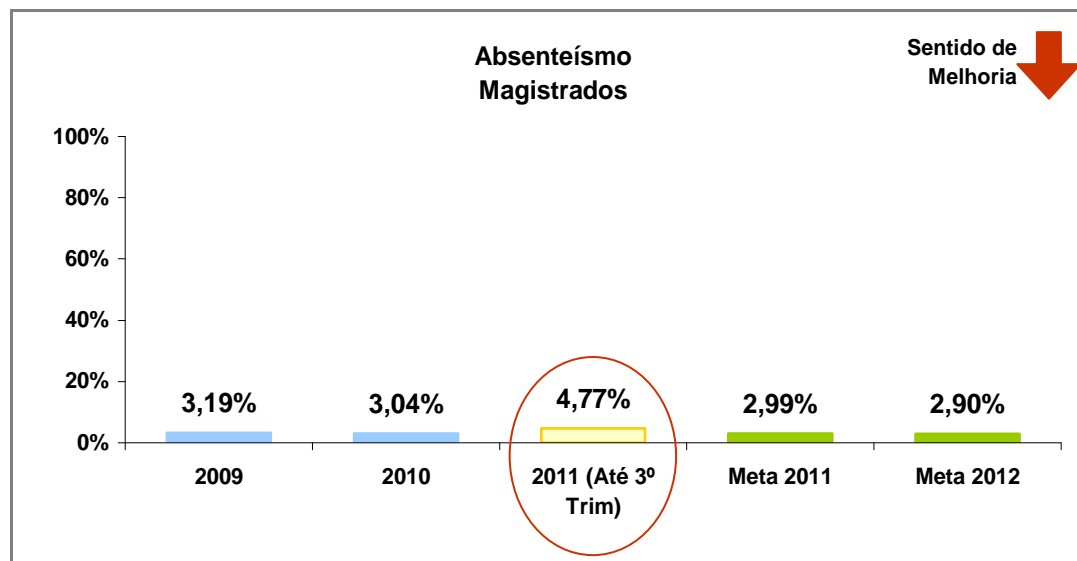
ABSENTEÍSMO

Afastamento do servidor / Magistrado (por qualquer motivo, exceto férias) dentro da jornada normal de trabalho



As duas maiores causas de afastamento no PJERJ são:

- Saúde Mental
- Problemas Osteomusculares



FÓRMULA: % entre as ausências dos servidores e magistrados em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL

- **Má distribuição de pessoal**
(As unidades concorrem entre si pelos servidores)
- **Ausência de plano de carreira para os servidores**
- **Necessidade de fortalecer a meritocracia**
- **Baixo investimento e incentivo para a capacitação dos servidores**
- **Ausência de política institucional para redução do absenteísmo**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

- Aplicação da Lei 4620/2005 – Reestruturação de Cargos do Quadro Único do PJERJ;
- Aperfeiçoamento do plano de carreira e da política de gestão de pessoas;
- Gratificação de produtividade;
- Readequação do perfil, redesenho organizacional e lotação, de acordo com os processos de trabalho.
(Contratação de empresa já aprovada pelo Presidente do PJERJ em reunião com a DGDIN, no dia 11/10/11 – parceria DGDIN/DGPES)
- Pré-definição de um % específico do orçamento (anual) destinado para capacitação dos servidores.
- Realização de exames periódicos (saúde preventiva);
- Realização de campanha de vacinação.



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL



- **Não há vinculação entre a promoção dos Magistrados e o aprimoramento de habilidades gerenciais e na competência específica a ser exercida**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO



- Definição de cursos anuais obrigatórios na área de Gestão para Magistrados;
- Definição de um “pacote” de aperfeiçoamento em cada competência para os Magistrados que, na promoção / remoção, mudem de segmento;
- Fortalecimento da aplicação de requisitos prévios e obrigatórios de capacitação para promoção / remoção de Magistrados.



INFRAESTRUTURA PREDIAL



INFRAESTRUTURA PREDIAL

Criação de Serventias

333 SERVENTIAS
CRIADAS E INSTALADAS NO
PJRJ NOS ÚLTIMOS 7 ANOS

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
25	59	81	32	41	56	39



INFRAESTRUTURA PREDIAL

Construção de Novos Fóruns

50 NOVOS FOROS
CONSTRUIDOS NOS
ÚLTIMOS 10 ANOS

NOVOS FOROS (Obras finalizadas)

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	Total
6	8	8	3	4	4	4	2	5	2	4	50

Total de Comarcas	84	Total de Novos Foros	50	% de Foros Novos	60%
-------------------	-----------	----------------------	-----------	------------------	------------

OBS: Foram consideradas apenas as CONSTRUÇÕES NOVAS / AMPLIAÇÕES / ANEXOS; reformas de menor porte e reparos de pequena monta não foram contabilizados



INFRAESTRUTURA PREDIAL
Custeio x Obras Novas

RELAÇÃO ENTRE CUSTEIO E INVESTIMENTO EM OBRAS NOVAS						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Custeio	R\$ 250.531.020,18	R\$ 299.996.360,98	R\$ 367.327.919,74	R\$ 409.176.984,27	R\$ 469.407.723,51	R\$ 665.681.033,00
Acréscimo Real do Custeio (Corrigido IPCA)	-	R\$ 35.210.125,75	R\$ 57.911.673,03	R\$ 25.466.239,31	R\$ 36.089.297,17	R\$ 71.041.836,61
Invest. Obras Novas	R\$ 51.098.736,63	R\$ 132.944.720,67	R\$ 57.398.744,15	R\$ 75.426.778,60	R\$ 69.066.497,54	R\$ 184.995.947,94
Relação R\$ Custeio / Obras	-	R\$ 0,69	R\$ 0,44	R\$ 0,44	R\$ 0,48	R\$ 1,03

PARA CADA R\$ 1,00 GASTO EM OBRAS NO ANO DE 2009, GEROU-SE R\$ 2,55 DE CUSTEIO EM 2010



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL

- **Falta de planejamento nas construções no PJERJ**

- **Não há política institucional para a redução do custo operacional (predial)**

- **Os softwares e equipamentos utilizados pela Engenharia não são compatíveis com a demanda**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

- Definir projeto padrão de fórum
(3 tipos – fórum de tamanho grande, médio e pequeno) para aprovação no Órgão Especial - *Resolução 114/2010, CNJ*

- Definir plano de obras, pelo menos, para os próximos 5 anos com a pré-definição de um % específico do orçamento (anual) destinado para obras novas;

- Definir a estratégia para manutenção predial

- Trocar os antigos ar condicionados de parede nos fóruns do interior e de regionais

- DGENG e DGLOG realizar estudo para definição do consumo mínimo de água e energia, a partir das atividades cotidianas normais do PJERJ

- Instalação de software AUTOCAD atualizado na Engenharia e substituição das placas de vídeo dos computadores



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro

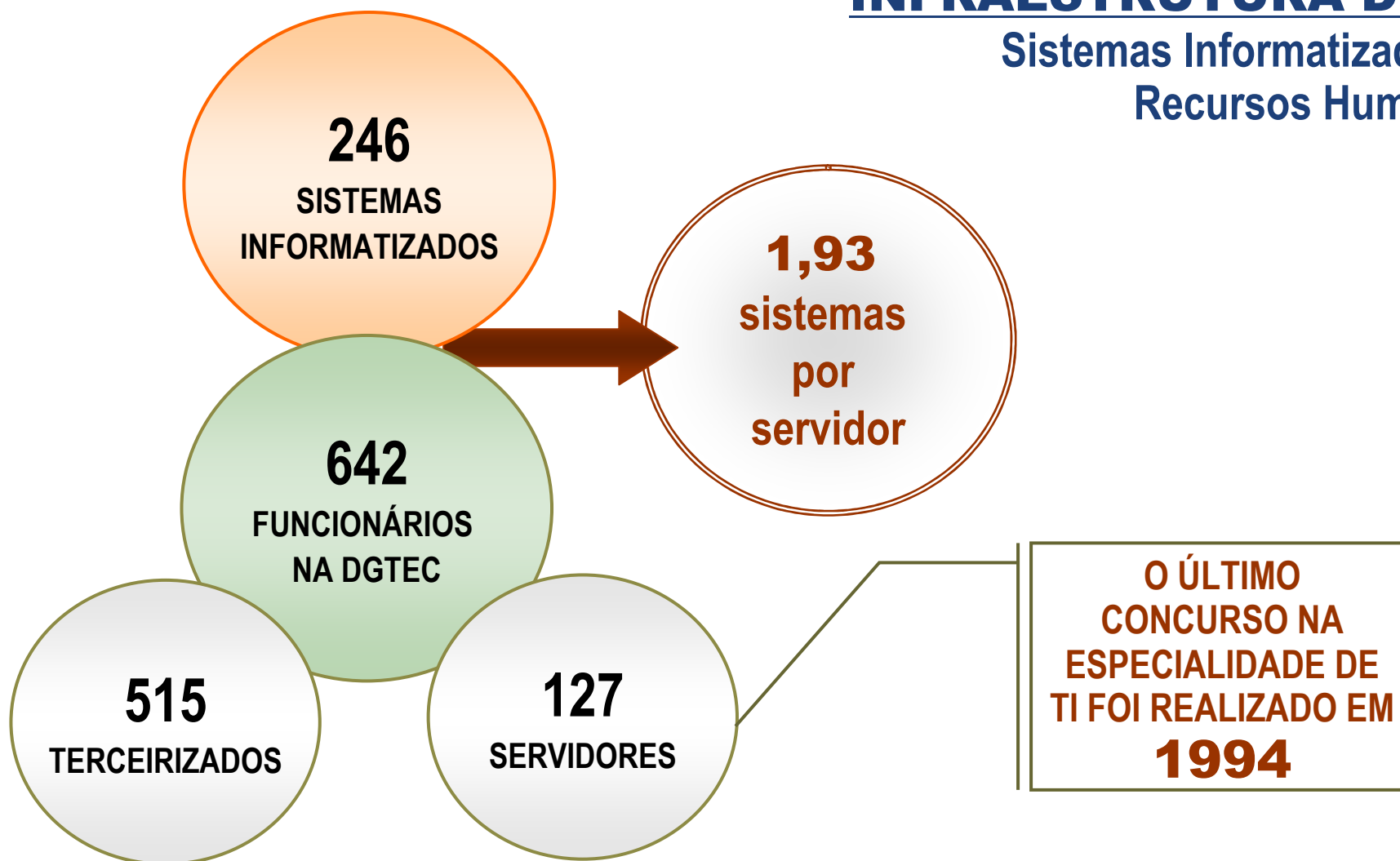


INFRAESTRUTURA DE TI



INFRAESTRUTURA DE TI

**Sistemas Informatizados &
Recursos Humanos**





VIRTUALIZAÇÃO DA JUSTIÇA Resultados x Planejamento

	2009	2010	2011 (Até 3º Trim)
QUANTIDADE DE SERVENTIAS COM PROCESSO ELETRÔNICO INSTALADO	2	22 (2+20)	25 (22+3)
QUANTIDADE DE PROCESSOS VIRTUALIZADOS	88	6.607	60.315
% ACERVO DIGITALIZADO (Em relação aos casos novos)	0,06%	0,47%	3,06%



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL



- **Não há orçamento pré-definido para as iniciativas de TI**

- **Falta critério para a virtualização**

- **Não há política institucional para a gestão documental dos processos eletrônicos**

(Os processo eletrônicos, independente da mídia de armazenagem, são documentos públicos, sujeitos às regras da Lei 11.111/2005)

- **Processos de trabalho estratégicos para a atividade do PJERJ realizados por terceirizados**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO



- Pré-definição de um % específico do orçamento (anual) destinado para tecnologia da informação.

- Definição dos segmentos de implementação do processo eletrônico (*Varas de Fazenda Pública, Varas Criminais, Varas de Família e Juizados Especiais Cíveis*).

- Definição de parâmetros de gestão documental no processo eletrônico.

- Inclusão de representante da DGCON como membro da Comissão que trata do processo eletrônico.

- Definir a política institucional para TI: Manter a contratação ou realizar concurso?

OBS: O contrato de terceirização dos funcionários de TI vence em março/2012



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro



ORÇAMENTO



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Limites do PJERJ

LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011 <i>(Até Set/11)</i>	2012 <i>ESTIMATIVA</i>
TDP (Para apuração do Limite)	R\$ 1.275.700.642, 47	R\$ 1.318.207.924, 62	R\$ 1.401.053.374, 56	R\$ 1.550.390.522, 81	R\$ 1.704.830.023, 24	R\$ 1.880.910.307, 00	R\$ 2.149.221.139, 15
RCL Anual	R\$ 26.132.743.000, 00	R\$ 26.849.822.000, 00	R\$ 31.830.883.000, 00	R\$ 28.976.687.000, 00	R\$ 34.534.906.323, 00	R\$ 37.107.942.918, 00	R\$ 36.751.560.000, 00
% Exec. RCL Anual	4,88%	4,91%	4,40%	5,35%	4,94%	5,07%	5,848%

O LIMITE DA LRF PARA O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL É DE **6%** DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) DO ESTADO



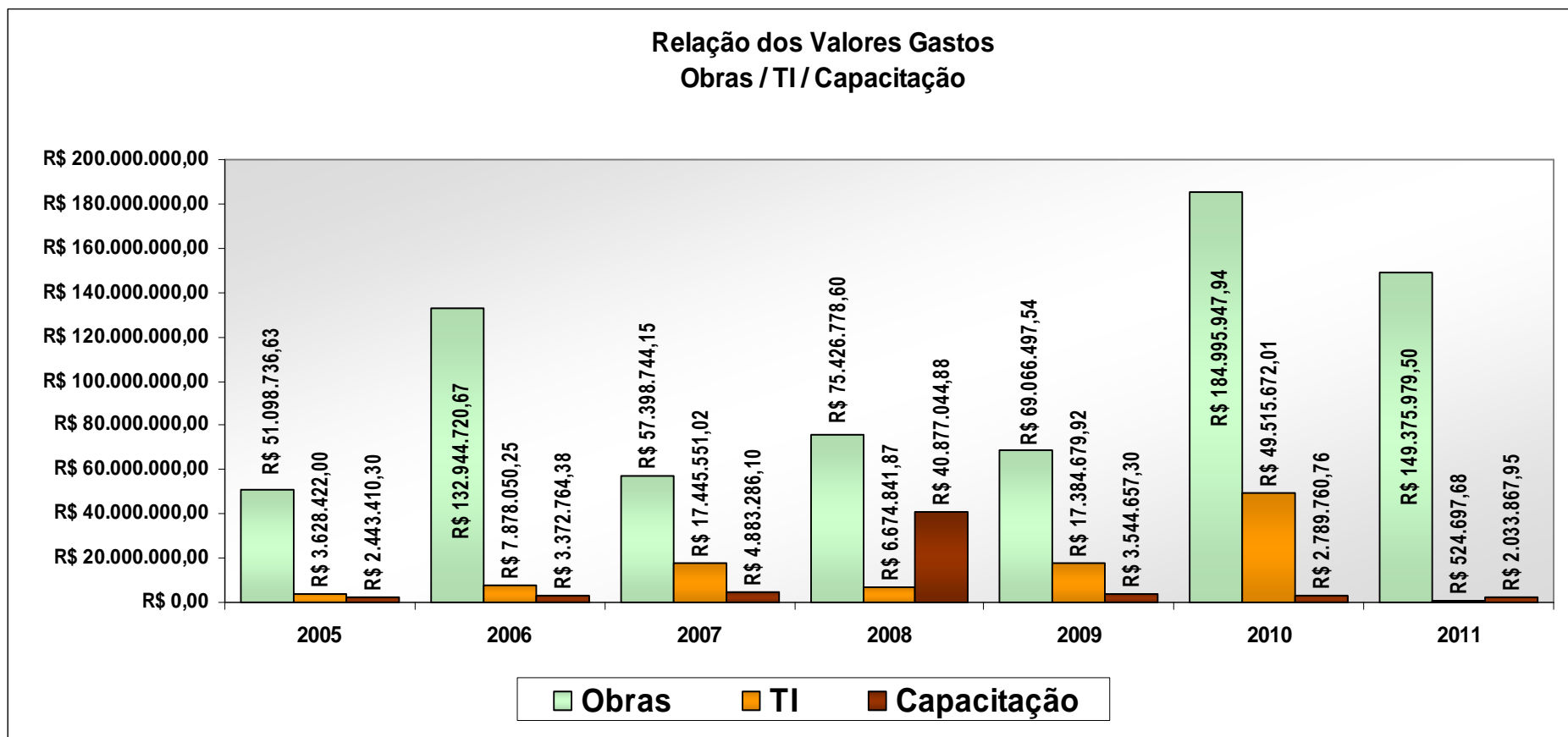
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO **FETJ (Receita x Custeio)**

RECEITAS X CUSTEIO (Fontes 10 e 99)						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Até Set/11)
RECEITAS Totais	R\$ 373.564.649,86	R\$ 403.844.561,91	R\$ 429.358.384,34	R\$ 538.747.664,97	R\$ 582.605.130,54	R\$ 496.335.577,46
CUSTEIO	R\$ 300.845.497,00	R\$ 366.543.754,75	R\$ 406.992.343,44	R\$ 465.071.113,86	R\$ 661.532.039,21	R\$ 496.167.629,92
RELAÇÃO % ENTRE AS RECEITAS E O CUSTEIO	80,53%	90,76%	94,79%	86,32%	113,54%	99,96%



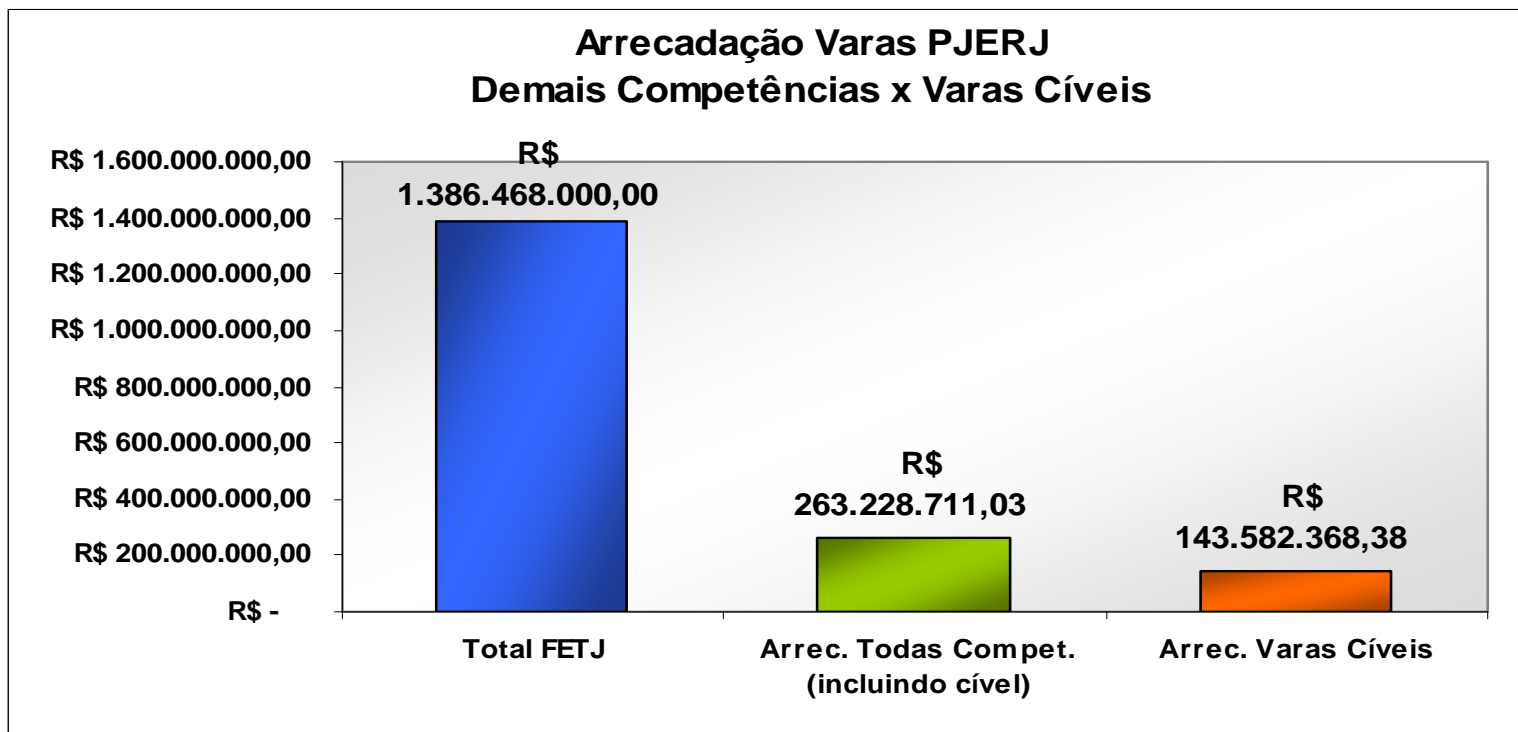
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Relação dos Gastos com Obras / TI / Capacitação





ORÇAMENTO Arrecadação Varas Cíveis



A arrecadação das Varas Cíveis representa **55,54%** de todos os valores arrecadados pelas Serventias do PJERJ

A arrecadação das Varas Cíveis representa **10,35%** do total arrecadado pelo FETJ



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Planejamento Financeiro

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO PRÉVIA, PELA ADMINISTRAÇÃO, DO % DE GASTOS EM CADA SEGMENTO (OBRAS - TI – CAPACITAÇÃO, RECURSOS HUMANOS ETC.), A PARTIR DO ORÇAMENTO DISPONÍVEL

Todas as políticas estratégico-financeiras públicas recomendam que o planejamento orçamentário deve ser, pelo menos, quinquenal (mesma recomendação do CNJ para o Poder Judiciário Nacional).



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL



▪ **O planejamento financeiro do PJERJ é deficiente, sem participação das unidades organizacionais**

▪ **Não há instituição de um % do orçamento disponibilizado para a operação de cada Diretoria Geral**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO



▪ **Aprovação de um planejamento financeiro de médio prazo (pelo menos quinquenal);**

▪ **Projetos das diretorias gerais (especialmente os projetos estratégicos) passarem pela DGPCF antes da aprovação pelo Presidente**

▪ **Definição e disponibilização de um % do orçamento para as atividades operacionais de cada Diretoria Geral**



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro

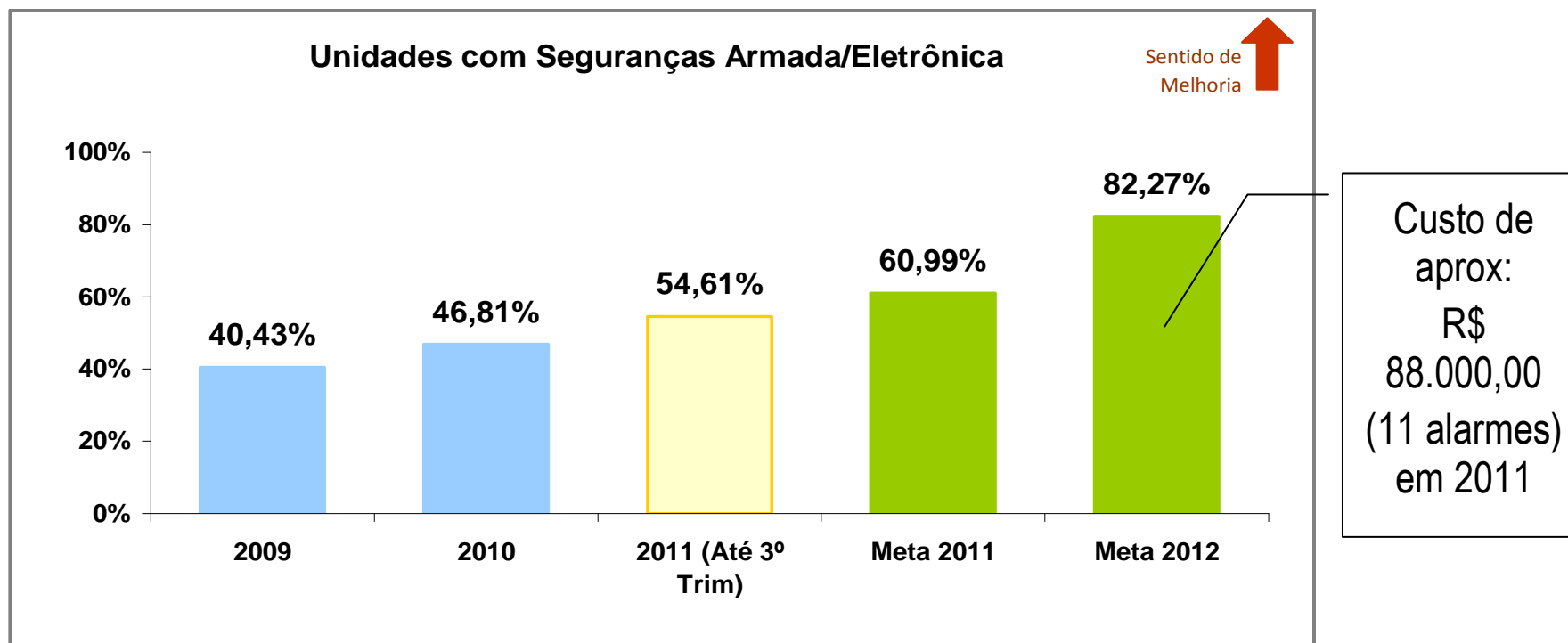


SEGURANÇA



SEGURANÇA

Segurança dos Fóruns



OBS. 1: A segurança predial prevê: **Alarme Presencial / Sistema CFTV / Operadores de CFTV**, de acordo com critérios de segurança previamente estabelecidos pela DGSEI para cada Fórum

OBS. 2: O **controle de Acesso** é reservado para unidades prediais de grande porte e movimentação e para as que abrigam Varas Criminais (Resolução 104/10, CNJ)



MATRIZ DE SOLUÇÃO



SITUAÇÃO ATUAL



- **Necessidade de ações sistêmicas de segurança institucional**



PROPOSTAS DE SOLUÇÃO



- **Definição sobre a implementação da Resolução 104/2010, do CNJ**
Dispõe sobre a necessidade de controle de acessos nos locais onde houver Varas Criminais
(Atualmente, o controle de acesso está sendo implementado em 23 locais (de um total de 100), havendo necessidade de diretriz da Adm. Superior quanto ao procedimento em outros 77 locais).
Há necessidade de contratação de 6 pessoas por controle de acesso.
- **Local definitivo de instalação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário - CISPJ**
(Aprox. 80% do equipamento já foi adquirido)



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro

PRÓXIMA REUNIÃO

MARÇO/2012

